



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GAB. DES. ABRAHAM LINCOLN DA CUNHA RAMOS

**APELAÇÃO CÍVEL** nº 0000791-77.2014.0941

**ORIGEM** :Comarca de Água Branca  
**RELATOR** :Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos  
**APELANTE** :Município de Juru  
**ADVOGADO** :João Vanildo da Silva  
**APELADO** :Claudia Rejane Rodrigues de Freitas  
**ADVOGADO** :Marcelino Xenofanes Diniz de Souza

**CONSTITUCIONAL** **E**

**ADMINISTRATIVO** – Apelação cível -  
Ação de cobrança - Servidor público  
municipal – Salários retidos – Ausência de  
prova do pagamento – Ônus do promovido  
(Art. 333, II, do CPC) – Procedência da  
demanda – Manutenção da sentença -  
Recurso em patente confronto com  
jurisprudência dominante desta Corte de  
Justiça – Artigo 557, “*caput*”, do CPC –  
Seguimento negado.

- A responsabilidade do Município é una e indivisível, não se fracionando por administrações. Diante disso, deve a edilidade responder pelos atos de seu atual e dos antigos gestores. Se assim não fosse, ocorreria a esdrúxula situação de uma dívida produzida pela antiga gestão não precisar ser adimplida pela atual administração, o que obviamente não se pode admitir.

- Constitui direito de todo servidor público receber os vencimentos que lhe são devidos pelo exercício do cargo para o qual foi nomeado. Atrasando, suspendendo ou retendo o pagamento de tais verbas, sem motivos ponderáveis, comete o Município,

inquestionavelmente, ato abusivo e ilegal, impondo-se julgar procedente o pedido de cobrança.

- De acordo com o sistema do ônus da prova adotado pelo CPC, cabe ao réu demonstrar o fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do servidor alegado em sua defesa, sujeitando o Município aos efeitos decorrentes da sua não comprovação.

- *“O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior”* (art. 557 do CPC).

#### **Vistos, etc.**

Trata-se de apelação cível interposta pelo **MUNICÍPIO DE JURU**, objetivando reformar a sentença prolatada pelo MM. Juiz de Direito da Comarca de Água Branca que, nos autos da ação ordinária de cobrança, sob o nº 0000791-77.2014.815.0941, movida por **CLÁUDIA REJANE RODRIGUES DE FREITAS**, julgou procedente a pretensão deduzida na inicial, para condenar a aludida edilidade ao pagamento de R\$ 4.188,93 (quatro mil e cento e oitenta e oito reais e noventa e três centavos), quantia esta referente aos salários dos meses de novembro e dezembro de 2012 e retroativo do piso salarial dos professores dos meses de fevereiro e março do referido ano.

Nas suas razões (fls. 34/36), o apelante suscita a reforma total da decisão de primeiro grau, dando-se provimento ao seu apelo, para julgar improcedente o pedido inicial, por considerar indevido o pagamento dos valores pleiteados.

Em contrarrazões, a apelada requereu a manutenção do *“decisum”* (fls. 41/47).

Instada a se pronunciar, a Douta Procuradoria de Justiça opinou pelo não conhecimento da apelação cível (fl. 53).

Instada a se pronunciar, a Douta Procuradoria de Justiça opinou deixou de emitir parecer, ao argumento de que se afigura desnecessária a sua intervenção (fl. 53).

É o relatório.

### VOTO

O caso posto em desate é de fácil deslinde e não comporta maiores divagações.

Em resumo, a municipalidade alegou que *“trata-se de salários atrasado propositalmente pela gestão anterior quando se apropriou dos únicos recursos do Município oriundo do Fundo e participação deixando a obrigação financeira para gestão atual, vale ressaltar que o único recurso do Município é o FPM, se o Prefeito priorizar o pagamento em atraso da gestão anterior, conseqüentemente irá atrasar 03 (três) meses da gestão atual, o que foi um compromisso de campanha e está sendo mantido até a presente data, o pagamento dos funcionários em dia compromisso o que não é uma obrigação e sim um dever de todos os gestores”*.

São frágeis e inconsistentes as alegações do recorrente. É que, como é cediço, a responsabilidade do Município é una e indivisível, não se fracionando por administrações. Em verdade, o Prefeito é um *presentante* do Município, de modo que todos os atos por ele praticados, são, na verdade, realizados pela própria pessoa jurídica.

Diante disso, deve a edilidade responder pelos atos de seu atual e dos antigos gestores. Se assim não fosse, ocorreria a esdrúxula situação de uma dívida produzida pela antiga gestão não precisar ser adimplida pela atual administração, o que obviamente não se pode admitir.

Faz mister ressaltar, ademais, que é indubitoso que o ato do Município em não pagar os vencimentos de seus servidores representa frontal ofensa ao princípio juridicamente sedimentado de que o salário é de índole alimentar, daí a justificativa de lhe ter o constituinte erigido à categoria de ilícito sua retenção dolosa, *“pari passu”* em que o consagra como direito de todo trabalhador (CF/ 88, art. 7º, IV, VI e X).

Assim, constitui direito de todo servidor público receber os vencimentos que lhe são devidos pelo exercício do cargo para o qual foi nomeado. Atrasando, suspendendo ou retendo o pagamento de tais verbas, sem motivos ponderáveis, comete o Município, inquestionavelmente, ato abusivo e ilegal, impondo-se julgar procedente o

pedido de cobrança.

Demais disso, não prospera a assertiva de que se olvidou a parte recorrida de provar o seu direito, ou seja, de que tenha efetivamente laborado nos meses que reclama o pagamento do salário ou ainda de que o recebeu, como afirma o apelante.

Com efeito, incumbia ao Município fazer a prova do pagamento, considerando que ao autor somente é exigida a comprovação do fato constitutivo de seu direito (art. 333, I, do CPC), o que foi feito mediante a certeza dos trabalhos prestados. Em contrapartida, o insurgente não comprovou haver pago a verba, nos termos do art. 333, II do CPC, “*verbis*”:

*“Art. 333. O ônus da prova incumbe:*

*I – omissis.*

*II – ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor”.*

Sobre o assunto, este Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba já decidiu:

*“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ÔNUS DA FAZENDA PÚBLICA DE COMPROVAR O ADIMPLENTO DOS TÍTULOS PLEITEADOS. AUSÊNCIA DE PROVAS. DESCUMPRIMENTO DO ART. 333, II, DO CPC. TERÇO CONSTITUCIONAL, CUJO PAGAMENTO DEVE SER REALIZADO INDEPENDENTE DO GOZO DAS FÉRIAS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PARTE QUE DECAIU DE PARTE MÍNIMA DO PEDIDO. CONDENAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA MANTIDA. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. NEGATIVA DE SEGUIMENTO QUE SE IMPÕE. 1. Em ação de cobrança, é ônus do Município comprovar o pagamento das verbas salariais. Não havendo essa comprovação, impõe-se a condenação do ente público, como na espécie TJPB, Apelação Cível nº 035.2011.000.337-9/001, de minha relatoria, 1ª Câmara Cível, DJPB 18/12/12. A comprovação da condição de funcionário é suficiente para a cobrança de verbas salariais retidas e não pagas, cabendo ao empregador o ônus de provar a ocorrência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo, que afaste o direito do empregado ao recebimento das parcelas pleiteadas TJPB, Decisão Monocrática na Apelação Cível nº. 021.2010.000.053-4/001, Relator Des. José Ricardo Porto, DJPB 05/10/2012. É obrigação do Município comprovar que todas as remunerações foram pagas aos seus servidores, na forma consagrada*

**pela lei, ou que não houve a prestação do serviço, por dispor a Administração de plenas condições para tal fim, sendo natural a inversão do ônus probatório .**  
TJPB, Remessa Oficial e Apelação Cível nº 02120090015500001, Relator Desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, 3ª Câmara Cível, j. em 12/07/2012.  
(...)¹” (grifei)

**Mais:**

**“APELAÇÃO. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. PRETENSÃO AO PERCEBIMENTO DE VERBAS REMUNERATÓRIAS. PROCEDÊNCIA PARCIAL. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. INOCORRENCIA. APLICAÇÃO DO ART. 131, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. REJEIÇÃO. EMPENHO. INEXISTÊNCIA. ÔNUS PROBATÓRIO QUE CABIA À EDILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 333, II, DA LEI PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DA PARTE AUTORA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. - Em determinadas situações, não se caracteriza a ocorrência do cerceamento do direito de defesa, quando o magistrado julgar a lide de imediato por já possuir elementos suficientes para o seu convencimento, haja vista ser ele o destinatário do acervo probatório. - É obrigação do Município comprovar que todas as remunerações foram pagas aos seus servidores, na forma consagrada pela lei, ou que não houve a prestação do serviço, por dispor a Administração de plenas condições para tal fim, sendo natural a inversão do ônus probatório.”²** (grifei)

**Ainda:**

**“COBRANÇA. Servidor público. Retenção injustificada de remuneração. Procedência da demanda. Apelação Cível. Preliminar de prescrição quinquenal. Acolhimento. Fragilidade de provas. Provimento Parcial. “Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito Reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior a propositura da ação” (SÚMULA 85, STJ). Constitui ônus do réu provar a existência de**

¹TJPB - Acórdão do processo nº 02120090015948001 - Órgão (TRIBUNAL PLENO) - Relator DESª MARIA DAS NEVES DO EGITO DE A. D. FERREIRA - j. Em 20/02/2013

²TJPB - Acórdão do processo nº 09820110015991001 - Órgão (4ª CÂMARA CÍVEL) - Relator DR. ONALDO ROCHA DE QUEIROGA - j. em 15/01/2013

**fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, de acordo com o estabelecido no artigo 333, inciso II, do Código de Processo Civil.<sup>3</sup>**” (grifei)

Sem destoar:

*“APELAÇÃO — AÇÃO DE COBRANÇA — REMUNERAÇÃO ATRASADA — CONDENAÇÃO EM 1º GRAU — IRRESIGNAÇÃO DO MUNICÍPIO — PRELIMINAR — NULIDADE DA SENTENÇA — JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE — NÃO INCIDÊNCIA DAS HIPÓTESES DO ART. 330 DO CPC — MERA ALEGAÇÃO — CONDIÇÃO DE FUNCIONÁRIO DEMONSTRADA — PROVA DO PAGAMENTO OU DO NÃO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE NO PERÍODO — FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR — ÔNUS DO RÉU — PAGAMENTO DO SALÁRIO DEVIDO, COM CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA — DESPROVIMENTO. — Sendo a matéria em debate unicamente de direito, e não se fazendo mister a dilação probatória, permitido é o julgamento definitivo do mérito, antecipadamente. — A condenação ao pagamento de remuneração retida, com correção monetária e juros de mora, é medida que se impõe quando o autor demonstra sua condição de funcionário municipal e o réu, por sua vez, não comprova o pagamento da remuneração devida ou, ao menos, o não exercício da atividade no período, porquanto era seu o ônus de provar os fatos que modificassem ou extinguissem o direito do promovente de receber verbas pretéritas não pagas.<sup>4</sup>”* (grifei)

Assim, não merece reforma a sentença recorrida, devendo a edilidade recorrente providenciar o adimplemento da verba em discussão, sob pena de locupletamento indevido.

Esclareço, por fim, que, por estar o recurso em desconformidade com a jurisprudência dominante deste Tribunal é de ser negado o seu seguimento, monocraticamente, nos termos do “caput” do art. 557 do Código de Processo Civil, que reza:

*“Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.”*

<sup>3</sup> TJPB – 4ª Câmara, AP nº. 038.2005.000070-2/001, Rel. Des. Antônio de Pádua Lima Montenegro, j. 21/02/2006.

<sup>4</sup> TJPB – 3ª Câmara, AP nº. 042.2005.000686-7/001, Rel. Des. Márcio Murilo da Cunha Ramos, j. 02/03/2006.

Por tais razões, com fulcro no art. 557, “*caput*”, do Código de Processo Civil, **nego seguimento** à apelação cível, mantendo “*in totum o decisum a quo*”.

**Publique-se. Intimem-se.**

João Pessoa, 22 de fevereiro de 2015.

***Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos***  
***Relator***